

SUMÁRIO

Introdução, 1

Dicas para concurseiros, 7

1 Direito processual constitucional, 11

- 1.1 Esclarecimentos iniciais, 11
- 1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo, 12
- 1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa, 14
- 1.4 Constituição e processo, 19
- 1.5 Princípios constitucionais sobre o processo, 23
- 1.6 Princípio da igualdade (isonomia), 23
- 1.7 Princípio da legalidade, 26
- 1.8 Princípio da irretroatividade da norma, 28
- 1.9 Princípio da inafastabilidade da jurisdição, 29
- 1.10 Princípio do juiz natural, 31
- 1.11 Princípio do devido processo legal, 32
- 1.12 Princípios do contraditório e da ampla defesa, 33
- 1.13 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, 35
- 1.14 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais, 36
- 1.15 Princípio da publicidade dos atos processuais, 38
- 1.16 Princípio do duplo grau de jurisdição, 40
- 1.17 Princípio da celeridade na tramitação dos processos, 42
- 1.18 Jurisdição constitucional, 43

2 Teoria da constituição, 47

- 2.1 Esclarecimentos iniciais, 47
- 2.2 Direito constitucional como ciência jurídica, 48
- 2.3 Direito constitucional como ramo do direito positivo, 50
- 2.4 Constituição, 54
- 2.5 Constitucionalismo, 57
- 2.6 Classificações das constituições, 59
- 2.7 Constituições quanto à origem, 60
- 2.8 Constituições quanto ao conteúdo, 61
- 2.9 Constituições quanto à forma, 63
- 2.10 Constituições quanto ao modo de elaboração, 65
- 2.11 Constituições quanto à estabilidade, 66
- 2.12 Constituições quanto à extensão, 69
- 2.13 Classificação da Constituição Federal de 1988, 71
- 2.14 Estrutura da Constituição de 1988, 73
- 2.15 Rigidez e supremacia da constituição, 75
- 2.16 Poder constituinte: origem da ideia, 77
- 2.17 Poder constituinte originário, 78
- 2.18 Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário, 80
- 2.19 Características do poder constituinte originário, 82
- 2.20 Poder constituinte derivado, 84
- 2.21 Características do poder constituinte derivado, 85
- 2.22 Poder constituinte reformador (ou poder de emenda), 87
- 2.23 Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988, 88
- 2.24 Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988, 90
- 2.25 Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional, 92
- 2.26 Poder constituinte decorrente, 94
- 2.27 Princípio da simetria, 95
- 2.28 Recepção, repristinção e desconstitucionalização de normas, 97

3 Normas constitucionais: classificação, aplicabilidade e interpretação, 101

- 3.1 Esclarecimentos iniciais, 101
- 3.2 Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras, 102
- 3.3 Normas constitucionais quanto ao conteúdo: materiais e formais, 107
- 3.4 Normas constitucionais quanto à forma: escritas e não escritas, 112
- 3.5 Normas constitucionais quanto à aplicabilidade (notas introdutórias), 113
- 3.6 Eficácia jurídica × eficácia social, 115
- 3.7 Classificação da doutrina clássica, 116
- 3.8 Classificação de José Afonso da Silva, 121
- 3.9 Classificação de Maria Helena Diniz, 127
- 3.10 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, 130

- 3.11 Classificação de Uadi Lammêgo Bulos, 131
- 3.12 Interpretação das normas constitucionais, 134
- 3.13 Métodos clássicos de interpretação das normas, 136
- 3.14 Princípios específicos de interpretação constitucional, 141
- 3.15 Métodos de interpretação constitucional, 147
- 3.16 Súmulas vinculantes e a interpretação das normas, 149

4 Controle de constitucionalidade: noções gerais, 151

- 4.1 Esclarecimentos iniciais, 151
- 4.2 Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade, 151
- 4.3 Objeto do controle de constitucionalidade, 154
- 4.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade, 156
- 4.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade, 159
- 4.6 Parâmetro ou paradigma de controle de constitucionalidade, 162
- 4.7 As diversas espécies de inconstitucionalidade, 164
- 4.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal, 165
- 4.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão, 167
- 4.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza, 169
- 4.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco, 171
- 4.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil, 173
- 4.13 Controle Político, 173
- 4.14 Controle judicial, 176

5 Controle difuso no Brasil, 179

- 5.1 Esclarecimentos iniciais, 179
- 5.2 Controle difuso, 179
- 5.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, 181
- 5.4 O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 182
- 5.5 Teoria da transcendência dos motivos determinantes e a ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 185
- 5.6 Cláusula de reserva de plenário, 188
- 5.7 Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil, 192
- 5.8 O recurso extraordinário, 193
- 5.9 Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal, 195
- 5.10 As súmulas vinculantes, 197
- 5.11 Controle difuso em ação civil pública, 202

6 Controle concentrado no Brasil: primeira parte, 205

- 6.1 Esclarecimentos iniciais, 205
- 6.2 Controle concentrado, 205
- 6.3 Efeitos da sentença no controle concentrado, 207
- 6.4 Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988, 209

- 6.5 Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn), 209
- 6.6 Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica, 210
- 6.7 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 213
- 6.8 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica, 215
- 6.9 O efeito vinculante da ADI e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo, 217
- 6.10 Princípio da “parcelaridade”, 218
- 6.11 Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”, 219
- 6.12 Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ADI, 220
- 6.13 A figura do *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade genérica, 222
- 6.14 Demais regras processuais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 223
- 6.15 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON), 225
- 6.16 Legitimados para a ação, 227
- 6.17 Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, 228
- 6.18 O *amicus curiae* na ação declaratória de constitucionalidade, 229
- 6.19 Demais regras processuais da ação declaratória de constitucionalidade, 230
- 6.20 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 231
- 6.21 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 233
- 6.22 Demais regras processuais da ADI por omissão, 234

7 Controle concentrado no Brasil: segunda parte, 237

- 7.1 Esclarecimentos iniciais, 237
- 7.2 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 238
- 7.3 Único legitimado para a ação, 241
- 7.4 Regras processuais sobre a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 242
- 7.5 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), 243
- 7.6 Parâmetro de controle da ADPF, 245
- 7.7 Objeto da ADPF, 248
- 7.8 Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental, 251
- 7.9 A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 253
- 7.10 Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental, 255
- 7.11 Demais regras de direito processual, 259
- 7.12 Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça, 262
- 7.13 Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, 264
- 7.14 Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica, 267
- 7.15 Da interpretação conforme a Constituição, 268
- 7.16 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, 270
- 7.17 Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 272

8 Remédios constitucionais: primeira parte, 277

- 8.1 Esclarecimentos iniciais, 277
- 8.2 Conceito e categorias de direitos e garantias fundamentais, 277
- 8.3 Distinção entre direitos e garantias fundamentais, 279
- 8.4 Elenco dos remédios constitucionais, 281
- 8.5 *Habeas corpus*, 283
- 8.6 Hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, 285
- 8.7 Modalidades de *habeas corpus*, 287
- 8.8 Legitimação ativa e passiva do *habeas corpus*, 288
- 8.9 Competência em matéria de *habeas corpus*, 289
- 8.10 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*, 291
- 8.11 Mandado de segurança individual, 291
- 8.12 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual, 292
- 8.13 Hipóteses de restrição ao mandado de segurança individual, 295
- 8.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual, 296
- 8.15 Competência em sede de mandado de segurança individual, 298
- 8.16 Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual, 299
- 8.17 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança individual, 301
- 8.18 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento, 302
- 8.19 Demais regras de caráter processual do mandado de segurança individual, 303
- 8.20 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual, 305

9 Remédios constitucionais: segunda parte, 307

- 9.1 Esclarecimentos iniciais, 307
- 9.2 Ação popular, 308
- 9.3 Hipóteses de cabimento da ação popular, 308
- 9.4 Legitimação ativa e passiva da ação popular, 310
- 9.5 Demais normas de caráter processual da ação popular, 311
- 9.6 Súmula sobre a ação popular, 313
- 9.7 *Habeas data*, 313
- 9.8 Hipóteses de cabimento do *habeas data*, 314
- 9.9 Legitimação ativa e passiva do *habeas data*, 316
- 9.10 Competência em *habeas data*, 316
- 9.11 Demais regras de direito processual do *habeas data*, 317
- 9.12 Mandado de segurança coletivo, 318
- 9.13 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo, 319
- 9.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo, 320
- 9.15 Competência em sede de mandado de segurança coletivo, 323
- 9.16 Demais normas de direito processual do mandado de segurança coletivo, 324
- 9.17 Principais súmulas do STF sobre o mandado de segurança coletivo, 325

- 9.18 Mandado de injunção, 325
 - 9.19 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção, 327
 - 9.20 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção, 328
 - 9.21 Competência em relação ao mandado de injunção, 330
 - 9.22 Controvérsia acerca dos efeitos da concessão da injunção, 330
 - 9.23 Distinção entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 333
 - 9.24 Direito de petição, 334
 - 9.25 Direito de certidão, 335
- 10 Organização do poder judiciário, 337**
- 10.1 Esclarecimentos iniciais, 337
 - 10.2 A organização do Poder Judiciário, 337
 - 10.3 Previsão do quinto constitucional, 341
 - 10.4 As garantias dos juízes, 341
 - 10.5 As vedações impostas aos juízes, 342
 - 10.6 A vedação ao nepotismo no Poder Judiciário, 343
 - 10.7 A autonomia administrativa e financeira, 344
 - 10.8 O Supremo Tribunal Federal, 345
 - 10.9 O Conselho Nacional de Justiça, 348
 - 10.10 O Superior Tribunal de Justiça, 350
 - 10.11 Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais, 352
 - 10.12 Os Tribunais e Juízes do Trabalho, 355
 - 10.13 Os Tribunais e Juízes Eleitorais, 358
 - 10.14 Os Tribunais e Juízes dos Militares, 359
 - 10.15 Os Tribunais e Juízes dos Estados, 360
 - 10.16 Ministério Público, 361
 - 10.17 Princípios que regem o Ministério Público, 362
 - 10.18 Autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público, 363
 - 10.19 Garantias e vedações do Ministério Público, 363
 - 10.20 Funções institucionais do Ministério Público, 365
 - 10.21 Conselho Nacional do Ministério Público, 366
 - 10.22 Advocacia Pública, 366
 - 10.23 Advocacia e a Defensoria Pública, 367

Bibliografia, 369